



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**Faculdade de Ciências Humanas
Licenciatura em História**

CLARA ALICE NEPOMUCENO

**ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA DE ALCINÓPOLIS - MATO
GROSSO DO SUL: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O PROGRAMA
DE EXTENSÃO TRILHA RUPESTRE - UFMS**

11 de setembro de 2023
CAMPO GRANDE/MS



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**Faculdade de Ciências Humanas
Licenciatura em História**

CLARA ALICE NEPOMUCENO

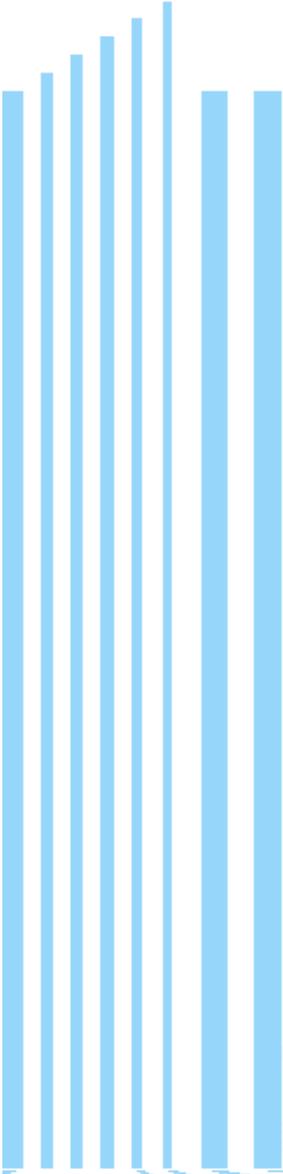
**ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA DE ALCINÓPOLIS - MATO
GROSSO DO SUL: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O PROGRAMA
DE EXTENSÃO TRILHA RUPESTRE - UFMS**

Trabalho de Conclusão de Curso, em forma de Artigo, apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciado no Curso de História da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Professor Orientador: **Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos UFMS / FACH**

11 de setembro de 2023
CAMPO GRANDE/MS

BANCA



Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos – Orientador

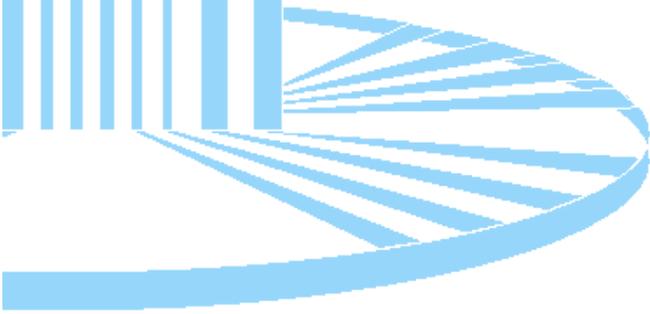
UFMS

Dra. Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques – Membro Titular

UFMS

Doutoranda Laura Roseli Pael Duarte – Membro Titular

UFMS



AGRADECIMENTOS

O término deste trabalho de conclusão de curso não teria sido possível sem o apoio e a contribuição de diversas pessoas e instituições. Portanto, quero manifestar os meus sinceros agradecimentos a todos que me acompanharam, direta ou indiretamente, ao longo deste processo! Primeiramente, agradeço a Deus pela força e saúde para chegar até aqui.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos, gostaria de expressar minha profunda admiração e gratidão pela orientação sábia, paciência e auxílio ao longo desta jornada. Seu conhecimento e apresentação do Museu de Arqueologia da UFMS para mim foram de valor inestimável na construção deste estudo. Ao grupo de pesquisa ATRIVM/UFMS pelas experiências e debates valiosos sobre história, pesquisa e ensino.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e ao corpo docente do curso de Licenciatura em História. A dedicação e a proficiência dos professores foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e profissional. À equipe do Museu de Arqueologia da UFMS pela oportunidade de adquirir esse rico conhecimento do nosso Estado, pelos laços criados e o despertar de uma grande paixão em mim. Em especial, à Dra. Lia e Ma. Laura pelo encorajamento e inspiração.

À minha família, agradeço por todo incentivo e alicerce. Aos meus amigos João Pedro Nantes, Millena Insfran e Gabriel Patrick pela parceria, carinho e amparo durante o percurso da faculdade e da vida.

Aos demais colegas e amigos do curso com quem compartilhei desafios, conquistas e momentos especiais na trajetória acadêmica. Por fim, dedico ao meu pai, Carlos Alberto Nepomuceno, em memória de sua inspiração e amor eterno. Suas lições continuam a guiar o meu caminho.

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo levantar a historiografia da Arqueologia Pré-Histórica de Alcinópolis - Mato Grosso do Sul. Neste contexto, apontaremos os caminhos sobre o tema, destacando a importância arqueológica de Alcinópolis e analisando as propostas de Educação Patrimonial e do Programa Institucional Trilha Rupestre. Afinal, a contínua pesquisa arqueológica no Estado desempenha um papel fundamental no apoio às pesquisas em curso e na divulgação do conhecimento relacionado à preservação do patrimônio arqueológico.

Palavras Chaves: Pesquisa Arqueológica em Alcinópolis; Patrimônio Cultural; Programa Trilha Rupestre.

Abstract:

The present article aims to survey the historiography of Prehistoric Archaeology in Alcinópolis - Mato Grosso do Sul. In this context, we will outline the paths on the subject, highlighting the archaeological importance of Alcinópolis and analyzing the proposals for Heritage Education and the Institutional Rock Art Trail Program. After all, ongoing archaeological research in the state plays a fundamental role in supporting current research and disseminating knowledge related to the preservation of archaeological heritage.

Keywords: Archaeological Research in Alcinópolis; Cultural Heritage; Trilha Rupestre Program.

INTRODUÇÃO:

O presente artigo tem como objetivo levantar a historiografia da Arqueologia Pré-Histórica do Estado de Mato Grosso do Sul, com foco na cidade de Alcinópolis, reconhecida como a capital estadual da Arte Rupestre e apontar os caminhos atuais sobre o tema. Logo, destacaremos a importância arqueológica de Alcinópolis e analisaremos as propostas do Programa Institucional Trilha Rupestre - UFMS. Afinal, a contínua pesquisa arqueológica no Estado desempenha um papel fundamental no apoio às pesquisas em curso e na divulgação do conhecimento relacionado à preservação do patrimônio arqueológico.

O nosso recorte de análise está inserido no campo da Arqueologia Pré-História, considerada como o período mais extenso da história da humanidade. Sua compreensão abrange desde os primeiros vestígios da presença humana, aproximadamente entre 4 e 6 milhões de anos atrás, até o surgimento das primeiras civilizações antigas, que remontam a cerca de 4 mil anos atrás. Lembrando que há especificidades para a temporalidade americana, no caso de Mato Grosso do Sul de 12 mil anos atrás. Essa divisão conceitual-histórica emergiu em um período de grande consolidação do conhecimento histórico-científico europeu no século XIX. A busca pelo entendimento das origens da história humana levou os estudiosos aos primeiros passos da investigação dos tempos pré-históricos.

Segundo Luciano Marcos Curi e Ana Carolina Pires das Dôres (2021, p.199), é essencial reconhecer que a Pré-História abrange o período mais longo da história da humanidade e se caracteriza pela manifestação primordial da percepção humana em relação ao mundo que habitavam. Essas características se manifestam não apenas por meio de registros sintetizados nas paredes das cavernas, mas também por meio de outros vestígios que refletem as inovações de sobrevivência da espécie *Homo sapiens sapiens*, contribuindo para sua predominância em relação a outras espécies humanas.

A maior conquista da humanidade nesse período é representada pela descoberta e domínio do fogo, um fenômeno natural que foi utilizado como uma ferramenta de poder. Além disso, o fogo possibilitou o cozimento de carnes caçadas, a manutenção de ferramentas, a defesa contra-ataques de predadores e facilitou a expansão geográfica. Nesse contexto, fica evidente que os seres humanos pré-históricos não podem ser considerados como pertencentes a uma sociedade "atrasada", como erroneamente se pensou no século XIX. O controle de um fenômeno natural como o fogo demanda

trabalho e a produção de ferramentas, o que classifica essa ação como um comportamento cultural (Curi; Dôres, 2021, p. 199).

Atualmente, o termo "Pré-História" é considerado ultrapassado e é questionado devido à problemática que ele carrega, uma vez que a denominação nos remete a uma história anterior à história, caracterizada pela ausência de vestígios escritos (Curi; Dôres, 2021, p. 196). Na visão de Chris Gosden, escrever sobre a pré-história requer equilíbrio, pois "[...] A dificuldade e a escassez de evidências nos fazem conscientes do fato de que o esforço imaginativo necessário para compreender o passado pode facilmente nos levar à fantasia, projetando nossas visões mundanas no grande palco da pré-história humana" (Gosden, 2003, p.17). A partir do pensamento de Gosden, dialogamos com o autor Mauro Sala, cuja perspectiva nos leva a entender que a escola desempenha um papel central na socialização do conhecimento historicamente elaborado e acumulado pela humanidade (Sala, 2010, p. 84). Portanto, propomos uma reflexão sobre a introdução de um tema tão complexo e distante, como é o caso da história da humanidade, especialmente na Rede de Educação Básica.

Nesse sentido, uma das metodologias essenciais para que os alunos compreendam o contexto e se familiarizem com o ser humano pré-histórico é introduzi-los à pré-história de sua localidade, incorporando a história regional de seu município, estado e país. Dessa forma, é possível abordar questões cruciais relacionadas à origem e ao modo de vida dos habitantes pré-históricos, assim como os legados que deixaram para a civilização contemporânea, tais como urbanização, agricultura, pecuária, sedentarismo, cultura, fogo e outros aspectos relevantes. Por conseguinte, almeja-se que as concepções equivocadas, baseadas na imagem de um grupo bárbaro e selvagem, diminuam no imaginário da sociedade, de acordo com as palavras de Izabela Rezende Bahia e Luiz Oosterbeek:

"O que se pretende considerar com "socialização do conhecimento" é a percepção de que os conteúdos de base científica e cultural (ancorados no rigor acadêmico) que integram a possibilidade real de compreender a Arqueologia Pré-História, que é parte primordial do patrimônio, requerem um processo pragmático instrumentalizado pela educação em atividades de aprendizagem possibilitadas pelo estudo dos próprios métodos e técnicas arqueológicas [...]" (Bahia; Oosterbeek, 2014, p. 142)

Sobretudo, o ensino da Pré-História nos estágios iniciais de formação possibilita o estímulo precoce da aprendizagem sobre a valorização dos bens patrimoniais que possuímos e que são fundamentais para o estudo da arqueologia pré-histórica. Isso é

alcançado por meio da exposição dos artefatos arqueológicos brasileiros, bem como pela integração dos conhecimentos das áreas de linguagem, humanas, biológicas e da natureza.

Dessa forma, é fomentada a busca pela preservação de uma compreensão da função social do conhecimento, cujo objetivo é fortalecer a compreensão de que as diferentes disciplinas se interligam na compreensão do comportamento humano na Pré-História, criando uma relação de proteção com o que faz parte de nossa história.

Ademais, na presente pesquisa, adotou-se a metodologia dedutiva e realizou-se um levantamento bibliográfico, que consistiu na busca e análise de pesquisas relevantes já conduzidas sobre Arqueologia Pré-Histórica de Mato Grosso do Sul com ênfase em Alcinópolis. As pesquisas foram encontradas em diversas formas, como artigos científicos, teses, dissertações, livros e outras publicações, proporcionando dados substanciais para a subsequente formulação do pensamento científico.

A fundamentação teórica teve como ponto de partida o livro "Pré-História - Uma Breve Introdução" (2012), escrito pelo arqueólogo britânico Chris Gosden. Este livro aborda de maneira abrangente o surgimento da pré-história mundial, destacando os primeiros registros da presença humana na região da Grã-Bretanha até o surgimento das antigas civilizações. Além disso, o livro também aborda a complexa questão da nomenclatura "pré-história", que foi formulada no século XIX.

Em adição a essas referências, outra obra que se revelou de grande relevância para a pesquisa foi "História do Pensamento Arqueológico, (2004)" de Bruce Trigger, renomado arqueólogo canadense. Essa obra proporciona uma visão abrangente da evolução da ciência arqueológica, desde seus primórdios até o estágio atual. Além disso, a obra analisa como as perspectivas nesse campo têm se transformado ao longo do tempo, adaptando-se de acordo com os contextos históricos e culturais. Adicionalmente, o livro apresenta reflexões profundas sobre a natureza e o ofício da arqueologia.

No intuito de compreender os conceitos fundamentais relacionados ao tema em estudo, recorreremos ao livro "Arqueologia Brasileira, (1992)" escrito pelo arqueólogo francês André Prous. Essa obra oferece uma visão abrangente da história da arqueologia no Brasil, explorando os principais sítios arqueológicos do país e discutindo as metodologias empregadas na ciência arqueológica. Além disso, o autor reflete sobre a importância da arqueologia para a compreensão da historiografia brasileira.

No que diz respeito aos estudos conduzidos no território de Mato Grosso do Sul, lançamos mão do livro "12 mil anos - Arqueologia do povoamento humano no nordeste do Mato Grosso do Sul, (2012)" escrito pelos arqueólogos Gilson Martins e Emília

Kashimoto. Essa obra detalha os primeiros estudos arqueológicos na região, os quais tiveram início com as contribuições do padre jesuíta Pedro Ignácio Schmitz, considerado um dos precursores da pesquisa arqueológica na região de Mato Grosso do Sul, através do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). O livro também aborda as significativas contribuições dos autores para o campo de estudo, incluindo a datação do mais antigo caçador-coletor, a análise dos grupos pré-cerâmicos e a chegada dos europeus. Além disso, a obra discute a importância das análises de datação arqueológica como ferramenta essencial para a compreensão da cronologia dos vestígios encontrados.

Adicionalmente, utilizamos as obras "Arqueologia Pré-Histórica – Vol.1 Arte Rupestre" (2020) e "Arqueologia Pré-Histórica – Vol.2 Pré-história Brasileira" (2022) de autoria do arqueólogo Rodrigo Aguiar. No primeiro volume, o autor aborda as principais teorias concernentes à chegada do ser humano às Américas, assim como analisa as distintas culturas que existiam antes da chegada dos europeus. O autor também investiga as mudanças climáticas ocorridas durante o período do Holoceno e seu impacto no desenvolvimento de novas técnicas de sobrevivência. No segundo volume, a ênfase é direcionada à evolução das sociedades pré-históricas na América Latina, abrangendo desde as sociedades de caçadores-coletores até a chegada dos europeus. Além disso, o autor empreende uma reflexão profunda sobre a preservação do patrimônio arqueológico, ressaltando a sua importância e a necessidade de sua proteção. Vale mencionar que outras obras e artigos do mesmo autor (Aguiar, Lima & Freitas, 2012; Aguiar, Landa & Goettert, 2016; Aguiar & Landa, 2016; Aguiar, 2014, 2016; Souza & Aguiar, 2017) também foram consultados para enriquecer esta pesquisa.

Paralelamente às bases bibliográficas, previamente citadas, também recorreremos a dissertações e teses exemplares, tais como as de Marcus Vinícius Beber (1995), Ellen Veroneze (1994), Keny Marques Lima (2014), Laura Pael Duarte (2018) e Lia Brambilla Gasques (2021), as quais desempenharam um papel fundamental no enriquecimento do estudo da pesquisa arqueológica regional. Assim, por meio deste extenso levantamento bibliográfico, foi possível obter uma visão abrangente e aprofundada dos conceitos relacionados à arqueologia pré-histórica, bem como compreender o desenvolvimento dos estudos sobre a pré-história de Mato Grosso do Sul e pensarmos na cidade de Alcínópolis.

1 – A ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA DE ALCINÓPOLIS – MS: UM LEVANTAMENTO HISTORIOGRÁFICO

Segundo Pedro Paulo A. Funari (1988), a palavra arqueologia - que em grego significa “conhecimento dos primórdios” ou “o relato das coisas antigas” - tem como principal objeto de estudo os restos materiais. Além disso, nos últimos anos, seu campo de investigação também se estendeu à cultura material de qualquer época, passada ou presente.

Assim, o estudo da arqueologia pode ser compreendido como uma disciplina multidisciplinar, uma vez que abrange diversas áreas do conhecimento, incluindo ciências exatas, humanas e biológicas. A arqueologia, portanto, não é apenas uma janela para o passado, mas também uma lente que nos permite compreender de maneira mais profunda e abrangente a complexa tapeçaria da história da humanidade.

Conforme o promotor de justiça Marcos Paulo de Souza Miranda, a década de 50 foi marcada por um cenário de ampla destruição e desvalorização de sítios arqueológicos presentes na região litorânea do país. Isso levou a um grande movimento por parte da academia em busca de uma efetiva consolidação de um ato normativo que pudesse garantir a preservação de vestígios materiais de sociedades que não existem mais (Miranda, 2021).

Dessa maneira, em 26 de julho de 1961, foi promulgada a Lei nº 3.924, também conhecida como a Lei de Arqueologia. Desde o momento de sua criação, teve como objetivo estabelecer mecanismos legais para a proteção de bens culturais de valor histórico, artístico e cultural. Por meio dela, é garantido o tombamento como um ato administrativo necessário para o registro de um bem cultural. Além disso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi estabelecido como órgão responsável pela implementação do tombamento e pela fiscalização da preservação dos bens tombados. Portanto, a criação dessa lei foi de fundamental relevância para a gestão dos estudos arqueológicos.

A arqueologia, portanto, desempenha um papel vital na preservação e na compreensão do patrimônio cultural. O desenvolvimento desse campo possui uma historicidade que precisa ser também analisada em cada região, como para Alcinópolis e, por extensão, o estado de Mato Grosso do Sul. Essa pesquisa nos permite estabelecer conexões com nossas raízes históricas e culturais, enriquecendo nossa identidade coletiva

e promovendo o respeito pela diversidade cultural que moldou nossa nação ao longo dos séculos.

1.1 – Um levantamento historiográfico sobre a Arqueologia Pré-Histórica em Alcinópolis – MS: entre escavações e publicações

A cidade de Alcinópolis, está situada na região norte do Estado do Mato Grosso do Sul, a cerca de aproximadamente 315 km da capital do estado, Campo Grande. Alcinópolis faz parte da microrregião do Alto Taquari e está localizada em uma área predominantemente rural (Figura 1), conhecida por sua atividade agropecuária, além do mais, faz divisa com os municípios de Figueirão, Costa Rica, Coxim e Pedro Gomes.

Figura 1 – Vista área do município de Alcinópolis.



Fonte: Arqueologia e a preservação do patrimônio cultural: educação patrimonial em Alcinópolis / MS. (Duarte, 2018, p. 108)

Sua história remonta a meados de 1975, quando foi fundada com o objetivo de facilitar as condições de vida das pessoas que moravam nas fazendas. Desde o seu início, a educação desempenhou um papel fundamental, uma vez que os fazendeiros contratavam professores particulares para educar seus filhos, pois não havia ensino básico devido a região ser de difícil acesso, e isso impactava no progresso educacional (Duarte, 2018, p.106).

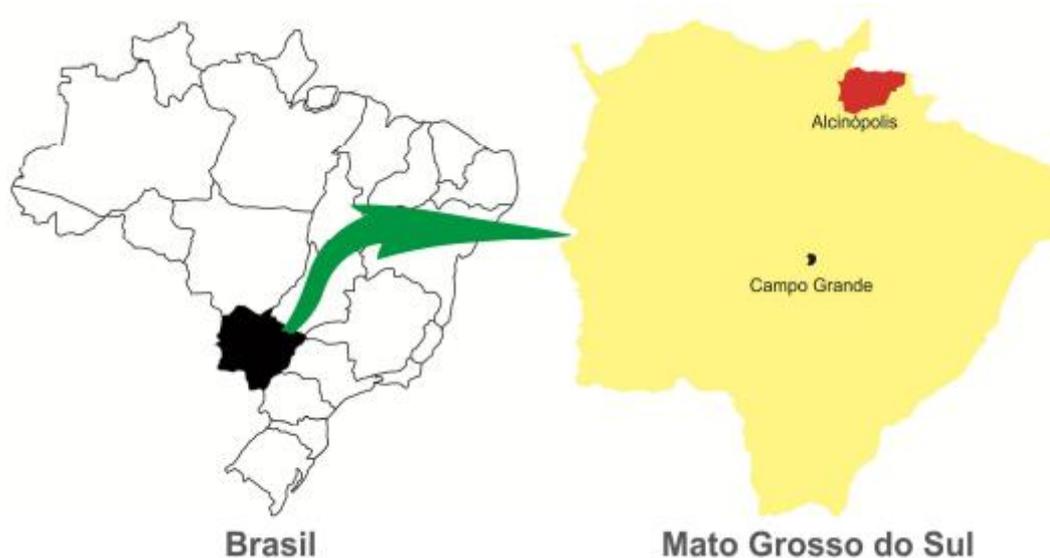
Em 1965, a professora Romilda Costa Carneiro, vinda de Mineiros-GO, foi contratada pelo fazendeiro Adolfo Alves Carneiro para educar seus filhos. Eventualmente, ela se casou com o filho mais velho do fazendeiro. Dessa forma, na década de 70, Romilda e seu esposo Alcino Fernandes Carneiro em conjunto com a Prefeitura Municipal de Coxim construíram a primeira escola primária na região, a fim de suprir a necessidade da implantação do Ensino Fundamental (Duarte, 2018, p.106).

A partir desse feito, a região começou a transformar-se numa cidade, com a mudança das suas estruturas, como a pavimentação de ruas, abertura de escola, farmácia, mercado, etc. Com isso, chegaram moradores de cidades vizinhas de Mato Grosso do Sul e de outros Estados como Mato Grosso, Goiás, São Paulo, entre outros. A emancipação de Alcinópolis em relação Coxim ocorreu em 22 de abril de 1992, pelo então governador Pedro Pedrossian (Duarte, 2018, p.106).

De acordo com o último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2022, o município de Alcinópolis conta com uma população de 4.537 habitantes. Sua extensão territorial abrange 4.397,518km², resultando em uma densidade demográfica de aproximadamente 1,03 habitantes por km² e sua área urbanizada corresponde a 1,87km².

No que se refere ao cenário econômico, o salário médio mensal dos trabalhadores formais equivale a 2,4 salários-mínimos em 2021. Além disso, é importante mencionar que a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade corresponde a 98% do município, no entanto, o dado está desatualizado desde 2010. A seguir, a Figura 2 apresenta o mapa do Estado de Mato Grosso do Sul no contexto do Brasil, destacando a localização do município de Alcinópolis em relação à capital do Estado.

Figura 2 – Localização de Mato Grosso do Sul e Alcínópolis.



Fonte: Mapa sobre a escavação no sítio arqueológico Templo dos Pilares e sua relação com a ocupação humana e a produção de arte rupestre em Mato Grosso do Sul (Souza; Aguiar, 2017, p.120)

Primordialmente, os estudos arqueológicos na região que hoje compreende o Estado de Mato Grosso do Sul tiveram início graças ao trabalho do arqueólogo jesuíta Pedro Ignácio Schmitz, por meio do Programa Arqueológico de Mato Grosso do Sul em 1986. Essa iniciativa contou com a colaboração de equipes de arqueólogos da UNISINOS e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Martins; Kashimoto, 2012, p. 37).

Conforme discutido por Silva (2008, p.15), o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) adotou uma abordagem pragmática em 1965, seguindo a proposta histórico-cultural de Willey e Phillips (1958). Essa estratégia visava superar a falta de pesquisadores brasileiros e a limitada compreensão arqueológica do Brasil. O PRONAPA, como mencionado por Funari (1994) e Roosevelt (1995), estabeleceu um novo campo científico e introduziu categorias explicativas independentes da tradição arraigada que partia de aspectos etnográficos para abordar os registros arqueológicos.

A simplificação da metodologia e a adoção de uma abordagem exploratória resumida, como alternativa proposta por Evans e Meggers, tinham como objetivo evitar complicações e cumprir a meta de mapear as rotas de difusão da cerâmica em um período de 5 anos (1965-1970). O pragmatismo demonstrou ser bem-sucedido, permitindo uma rápida cobertura de uma vasta região e a pesquisa de mais de 1.500 sítios com base em um único critério. Os resultados dessa exploração foram positivos, com o reconhecimento de conjuntos de registros arqueológicos denominados "tradição" e a identificação de

articulações espaço-temporais que evidenciaram a existência de diferentes horizontes arqueológicos. Essa abordagem foi prontamente adotada por simpatizantes e continua sendo empregada até hoje no Brasil e em países sul-americanos (Silva, 2008).

Nesse cenário, várias áreas do país, com destaque para o Estado de Mato Grosso do Sul e sua região nordeste, passaram a ser objeto de intensas investigações e estudos arqueológicos.

Os estudos arqueológicos da região ao redor de Alcinópolis tiveram início no ano de 1986, onde o Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins, então professor no CEUD-UFMS, em colaboração com o artista plástico Henrique Spengler e outros dois alunos, realizou uma visita ao sítio Barro Branco I, localizado na Fazenda Santa Maria. Posteriormente, os primeiros registros de sítios rupestres na região norte de Mato Grosso do Sul, abrangendo áreas que hoje correspondem a Alcinópolis, Coxim, Pedro Gomes e Costa Rica, foram resultado dos trabalhos de pré-catologação conduzidos pela Profa. Dra. Silvia Moehlecke Copé nos anos de 1986 e 1989, documentados sob o título "Preliminar Cadastramento dos Sítios Arqueológicos do Alto Taquari-MS." Naquela época, Alcinópolis era um Distrito de Coxim, e, por essa razão, os sítios da serra do Barro Branco foram inicialmente registrados como sítio MS-CX-01 (Brambilla; Duarte *et al.* 2023, p.16).

Em 1987, Pedro I. Schmitz obteve uma datação de aproximadamente 10.200 anos A.P. por meio da análise de uma amostra de carvão encontrada no sítio arqueológico Casa de Pedra, localizado no vale do Alto Sucuriú, no nordeste do Estado. Essa primeira datação abriu caminho para pesquisas posteriores que permitiram estender ainda mais o período das ocupações de sociedades antigas na região sul-mato-grossense (Martins; Kashimoto, 2012, p. 41).

Demais resultados das escavações arqueológicas conduzidas pelos arqueólogos Gilson Martins e Emília Kashimoto no sítio Alto Sucuriú 4, nos anos de 2009 e 2010, revelaram diversas datações de amostras de carvão arqueológico. Essas datações indicaram ocupações que remontam ao período entre 200 a 11.400 anos A.P. (Martins; Kashimoto, 2012, p. 42). A partir dessas descobertas, foram realizadas pesquisas adicionais relacionadas à arqueologia do Pantanal, com o objetivo de preencher possíveis lacunas no entendimento das indústrias líticas pré-históricas presentes na região nordeste de Mato Grosso do Sul.

Segundo Lia Brambilla Gasques e Laura Pael Duarte *et al.* (2023, p.15), os estudos em Alcinópolis têm conferido ao município uma posição de destaque no contexto da arqueologia regional, em razão de sua significativa concentração de sítios arqueológicos

com "arte rupestre." No estado de Mato Grosso do Sul, já foram cadastrados 24 desses sítios, e outros 14 encontram-se em processo de registro junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Dentre esses sítios, destacam-se o Templo dos Pilares, Pata da Onça, Arco de Pedra, Gruta do Pitoco, Casa de Pedra, Pitoco II, Pannel do Antropomorfo, entre outros.

Devido à significativa quantidade de sítios arqueológicos e à importância histórica, foi promulgada a Lei Estadual nº 4.306, datada desde 21 de dezembro de 2012, que conferiu à cidade o título de "Capital Estadual da Arte Rupestre" de Mato Grosso do Sul, em reconhecimento à sua concentração de grande parte dos registros arqueológicos de arte rupestre do estado (Duarte, 2018, p. 74).

De acordo com pesquisas realizadas pela equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Grande Dourados ao longo dos últimos doze anos, têm sido efetuadas contribuições significativas para a identificação de sítios arqueológicos com "arte rupestre" no estado de Mato Grosso do Sul. Esse projeto de pesquisa, que recebeu apoio financeiro da ELETROSUL Centrais Elétricas e o respaldo do IPHAN, resultou na identificação de 79 sítios de "arte rupestre" na região norte do estado (Gasques; Duarte *et al.* 2023, p.16).

Apesar de Alcinópolis possuir um notável acervo de gravuras e pinturas rupestres, pouco se sabe sobre os assentamentos de grupos humanos que habitaram a região, uma vez que o município nunca antes havia sido objeto de escavação arqueológica que investigasse mais sobre os povos autores dos grafismos rupestres (Aguiar, 2016, p. 26).

Conforme observado pelo arqueólogo Rodrigo S. Aguiar, a arte rupestre compreende um tipo de vestígio deixado por populações pretéritas nos paredões de pedras de cavernas e abrigos. Essas manifestações incluem pinturas e gravuras que abrangem uma variada temática, indo desde representações de animais até formas geométricas (Aguiar, 2016, p. 22).

De acordo com os arqueólogos Martins e Kashimoto, os painéis com pinturas rupestres de Alcinópolis são predominantemente constituídos pela Tradição Planalto, no entanto, não é consenso entre os demais arqueólogos. Além disso, observa-se a presença de pinturas características da Tradição São Francisco em outro sítio, além do reconhecimento de outras tradições, como a Lítica Itaparica e a Lítica Maracajuana, com base em vestígios de materiais arqueológicos provenientes de sítios na região do Pantanal e no centro-sul do estado de Mato Grosso do Sul, assim como de estados vizinhos, como

Mato Grosso e Goiás. Isso sugere a existência de intensas e diversificadas trocas culturais na mencionada região nordeste do Mato Grosso do Sul (Martins; Kashimoto, 2012, p. 41).

No que concerne aos estudos relacionados à arte rupestre brasileira, Prous nos esclarece que,

“Os estudos de arte rupestre multiplicaram-se nos anos 1980 e 1990, trazendo conhecimentos sobre vastas regiões até então desconhecidas. No Mato Grosso do Sul, Águeda e Denis Vialou evidenciaram vários estilos - alguns dos quais aparentados com os do Brasil Central - e tentam estabelecer correlações entre os grafismos rupestres e os níveis arqueológicos ricos em pigmentos. B. Beber publicou o registro gráfico dos sítios do norte do Mato Grosso do Sul.” (1992, p.612).

De acordo com o arqueólogo André Prous, a Tradição Planalto se caracteriza principalmente por apresentar grafismos pintados, com predominância da cor vermelha, embora também se encontrem cores como preto, amarelo e branco em menor frequência. Essa tradição abrange uma extensão geográfica que se estende desde a fronteira entre os estados do Paraná e São Paulo (rios Iapó e Tibagi) até o estado da Bahia, com um foco central na região de Minas Gerais (Prous, 1982, p. 515).

Os sítios arqueológicos associados à Tradição Planalto exibem uma rica diversidade de figuras zoomorfas e antropomorfas, sendo que as representações zoomorfas são mais proeminentes, com destaque especial para os cervídeos, que constituem a maior parte dos zoomorfos em muitos dos grandes sítios. Além disso, são observados sinais geométricos e conjuntos de pequenas figuras antropomorfas filiformes que frequentemente cercam os zoomorfos quando estes são representados de maneira esquemática (Prous, 1982, p. 519).

Por outro lado, a Tradição São Francisco encontra sua representação no vale do rio São Francisco, abrangendo áreas nos estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Goiás e Mato Grosso. Essa tradição é notoriamente caracterizada pela predominância de grafismos abstratos, em sua maioria geométricos, que compõem entre 80% e 100% das representações, superando em quantidade os elementos zoomorfos e antropomorfos. Nas figuras pintadas, é comum a utilização intensa da bicromia, ou seja, a impressão em duas cores, sendo os raros elementos zoomorfos principalmente peixes, pássaros, cobras, sáurios e possivelmente tartarugas. É importante destacar a ausência de cervídeos, não sendo encontrada nenhuma representação destes animais, nem mesmo de forma implícita. Entretanto, em algumas áreas, como em Montalvânia, em Minas Gerais, ocorrem 'trocadilhos' ou jogos de palavras visuais entre biomorfos e sinais (Prous, 1982, p. 525).

Próximo às nascentes do rio São Francisco, possivelmente sob influência da Tradição Planalto, há um aumento na proporção de representações de animais, mantendo-se a característica da bicromia da tradição do vale, com figuras amarelas planas e contornos vermelhos. No norte de Minas Gerais, também foi registrado o uso das cores preto e branco, especialmente em manifestações mais tardias (Prous, 1982, p. 527).

Embora o sítio arqueológico Casa de Pedra, localizado no município de Alcinópolis, tenha sido descoberto por Pedro I. Schmitz em 1987, resultando, na época, em uma datação que apontava para aproximadamente 10.500 A.P., novas datações foram conduzidas, como mencionado anteriormente, pelos arqueólogos Gilson Martins e Emília Kashimoto, utilizando o método do carbono 14. Essas datações revelaram que os habitantes caçadores e coletores teriam surgido há cerca de 12.600 anos A.P. Além disso, foram realizadas pesquisas arqueológicas em outros municípios situados no nordeste do estado, com o propósito de identificar as riquezas arqueológicas presentes em Mato Grosso do Sul (Martins; Kashimoto, 2012, p. 63).

Annette Laming-Emperaire observou que a arte rupestre frequentemente é considerada o campo mais acessível para estudo na arqueologia, uma vez que os vestígios são visíveis sem a necessidade de escavação, o que facilita a interpretação. No entanto, enfatizou que, na realidade, este é também o capítulo mais complexo, suscetível a cometer os maiores erros interpretativos (Prous, 1992, p. 541). Aguiar, Landa e Goettert (2016) argumentam que a análise das pinturas rupestres presentes no município de Alcinópolis permite refletir sobre o processo de mobilização de povos caçadores e coletores, embora seja fragilizada devido ao subjetivismo na interpretação dos vestígios. Todavia, destacam que as pinturas rupestres constituem o principal vestígio arqueológico da região, uma vez que a pesquisa arqueológica na área carece de escavações mais aprofundadas.

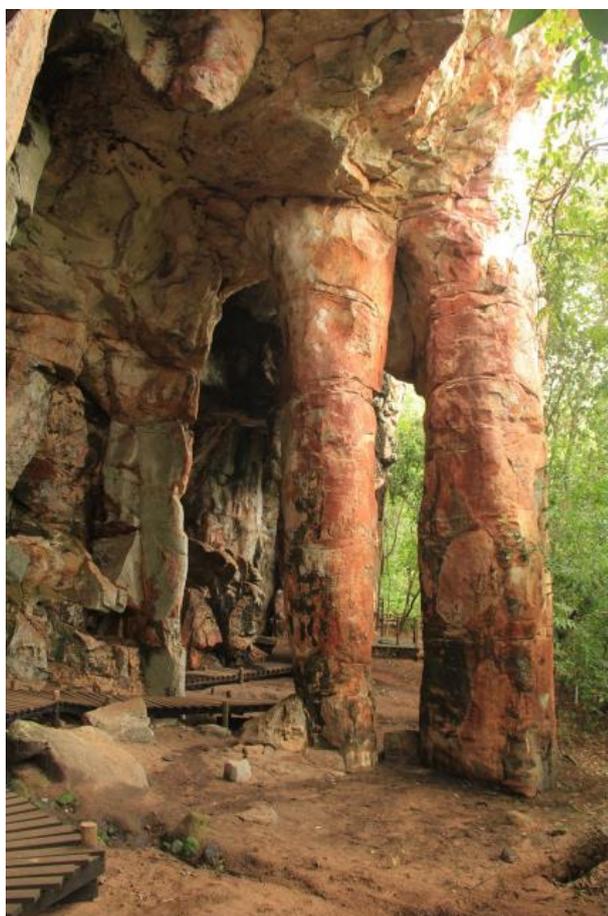
Dado que Alcinópolis detém cerca de um terço de toda a arte rupestre do estado de Mato Grosso do Sul, fica evidente a significância da área para a arqueologia regional. Assim como a importância dos grafismos rupestres como manifestações ideológicas essenciais para os habitantes pré-históricos (Aguiar; Landa; Goettert, 2016, p. 65).

Além disso, é sabido que a paisagem na época era diferente, e os seres humanos possivelmente conviviam com animais da megafauna, embora haja poucos registros dessa interação. As temperaturas eram mais baixas do que as atuais, e existem indícios de uma seca típica da era glacial, visto que o ótimo climático ainda não havia ocorrido (Aguiar; Landa; Goettert, 2016, p. 66).

Após o advento do 'ótimo climático', por volta de 6.500 a 4.000 A.P., caracterizado pela expansão significativa da cobertura vegetal e pelo aumento da fauna terrestre de pequeno porte, houve uma diminuição na ocupação dos abrigos sob rocha e um aumento na multiplicação de sítios arqueológicos a céu aberto (Martins; Kashimoto, 2012, p. 45). Contudo, devido à falta de estudos suficientes, não é possível reconstituir completamente o paleoclima da região de Alcinópolis, o que limita os arqueólogos a fazer suposições sobre como poderia ter sido a paisagem no habitat dos caçadores e coletores (Aguiar; Landa; Goettert, 2016, p. 66).

João Carlos de Souza e Rodrigo Aguiar (2017) conduziram a primeira escavação no sítio arqueológico Templo dos Pilares em março de 2016, com o objetivo de preencher lacunas no conhecimento sobre o passado arqueológico da região. Esse sítio é considerado o mais emblemático do estado e é constituído por um abrigo de grandes dimensões, cujo teto é sustentado por enormes colunas naturais (Figura 3). O que impressiona a todos é a sua formação geológica, com paredes que ostentam a maior concentração de pinturas e gravuras de todos os sítios regionais (Souza; Aguiar, 2017, p. 119).

Figura 3 - Abrigo Templo dos Pilares.



Fonte: A escavação no sítio arqueológico Templo dos Pilares e sua relação com a ocupação humana e a produção de arte rupestre em Mato Grosso do Sul. (Souza; Aguiar, 2017, p.125)

A escavação envolveu uma equipe de nove pessoas e seguiu uma metodologia baseada em níveis artificiais, com a progressão em camadas de dez centímetros. A primeira área escavada foi a Caverna do Bezerra, que apresentava um terreno quase plano com sedimentos muito soltos. Essa área foi designada como "Área Prospectada 1" (Figura 4) por Aguiar para fins de identificação e organização. Foi estabelecido o quadriculamento, com duas colunas e três linhas, totalizando seis quadrículas. Destas, apenas duas foram escolhidas para se iniciar a prospecção, as quadrículas A2 e B1. Embora houvesse expectativa de encontrar artefatos arqueológicos abundantes, apenas algumas lascas foram encontradas nas camadas superficiais. A partir dos níveis 3 e 4, o solo se mostrou estéril, levando a equipe a procurar outro local de escavação (Aguiar, 2016, p. 26).

Figura 4 – Área Prospectada 1 do Templo dos Pilares



Fonte: Templo dos Pilares – Alcinópolis / MS. (Aguiar, 2016, p. 27)

A segunda área escavada por Rodrigo L. S. Aguiar recebeu o nome de "Área Prospectada 2" (Figura 5) e estava localizada aos pés de um paredão com pinturas rupestres geométricas e naturalistas, semelhantes à "Tradição Geométrica Tradicional". Nessa área, foram formadas quadrículas em duas linhas e duas colunas, totalizando quatro quadrículas: A1, A2, B1 e B2. O solo superficial era coberto por uma fina camada húmica, seguida por um solo fino e solto. A escavação indicou que o ponto mais profundo foi na quadrícula A1, onde a base, no nível 5 aparece a 49 centímetros de profundidade e o ponto menos profundo foi na quadrícula B2, junto ao paredão, onde a base foi atingida no nível 4 a 38 cm de profundidade. Durante a escavação, foram encontradas lascas, raspadores, quebra-coquinho e moedores, que persistiram até o final dos níveis (Aguiar, 2016, p. 26-29).

Figura 5 – Área Prospectada 2.



Fonte: Templo dos Pilares – Alcinópolis / MS. (Aguiar, 2016, p. 27)

A última área de escavação, denominada "Área Prospectada 3" (Figura 6) estava situada entre duas colunas próximas que se originavam da mesma base. Essa área também apresentava polidores e gravuras semelhantes à "Tradição Geométrica Meridional". Esta

área forneceu resultados mais significativos, com uma grande quantidade de lascas, raspadores, lâminas e estilhas, incluindo algumas de tamanho notavelmente reduzido, sugerindo o uso de microlascamento. A partir do segundo nível, foram encontradas camadas de terra misturada com cinzas, carvão e fragmentos de ossos. No nível 5, foram identificados fragmentos de cerâmica semelhantes à "Tradição Una" (Figura 7). Na mesma camada, também foram encontradas lascas, estilhas, lâminas, raspadores e alguns fragmentos de instrumentos líticos polidos (Figura 8) (Aguiar, 2016, p. 29-30).

Figura 6 – Área Prospectada 3.



Fonte: Templo dos Pilares – Alcinópolis / MS. (Aguiar, 2016, p. 27)

Figura 7 – Cerâmica arqueológica proveniente da Área Prospectada 3.



Fonte: Templo dos Pilares – Alcinópolis / MS. (Aguiar, 2016, p. 32)

Figura 8 – Material Lítico procedente da Área Prospectada 3, nível 5.



Fonte: Templo dos Pilares – Alcinópolis / MS. (Aguiar, 2016, p. 30)

De acordo com o arqueólogo Rodrigo Aguiar (2016), as áreas de prospecção foram suficientes para revelar informações importantes e inéditas sobre os povos que habitaram o Templo dos Pilares. Isso permitiu estabelecer a cronologia das pinturas e gravuras rupestres (Figuras 9 e 10) no município de Alcinópolis com base em datações radiocarbônicas. Com base nas evidências, pode-se afirmar que o Templo dos Pilares foi o local de habitação inicial dos povos caçadores e coletores pré-ceramistas que se estabeleceram na região entre 10 mil e 8 mil anos atrás. É importante ressaltar que a paisagem, o clima e a vegetação eram diferentes nessa época, e ainda existiam os últimos remanescentes da megafauna pleistocênica. Portanto, os abrigos naturais na região que

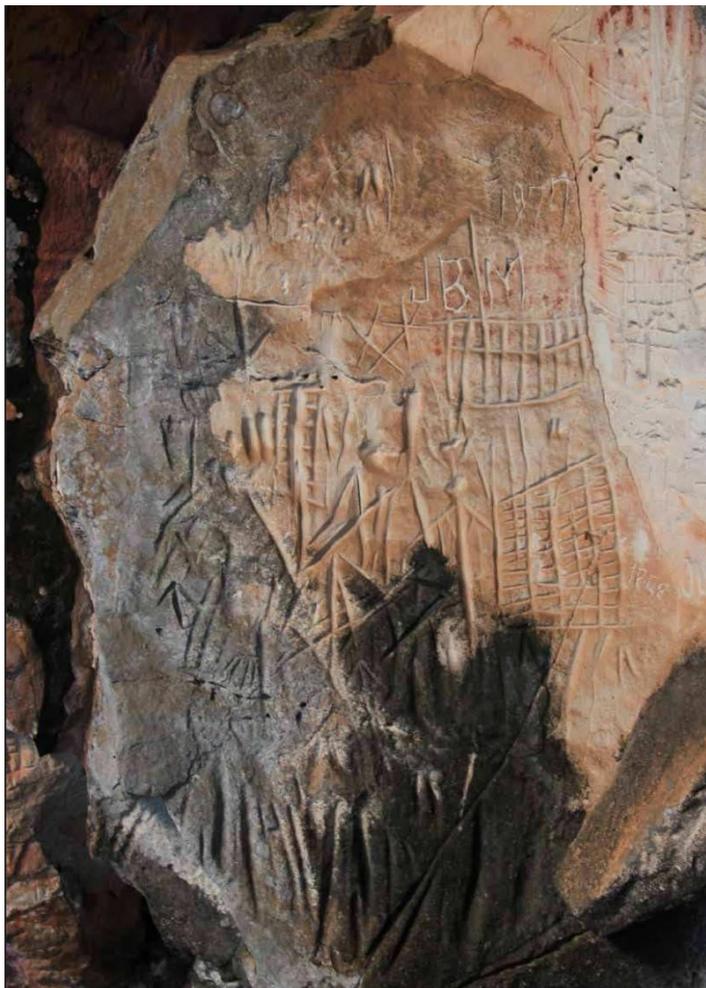
viria a se tornar o pantanal eram transformados em acomodações humanas, adornados com pinturas que representavam o ecossistema e elementos relevantes para os habitantes daquele período (Aguiar, 2016, p. 33-34).

Figura 9 – Pintura Rupestre em paredão do Templo dos Pilares.



Fonte: Templo dos Pilares – Alcinópolis / MS. (Aguiar, 2016, p. 41)

Figura 10 – Gravura Rupestre em paredão do Templo dos Pilares. (Petroglifo com marcas de vandalismo).



Fonte: Templo dos Pilares – Alcinópolis / MS. (Aguiar, 2016, p. 48)

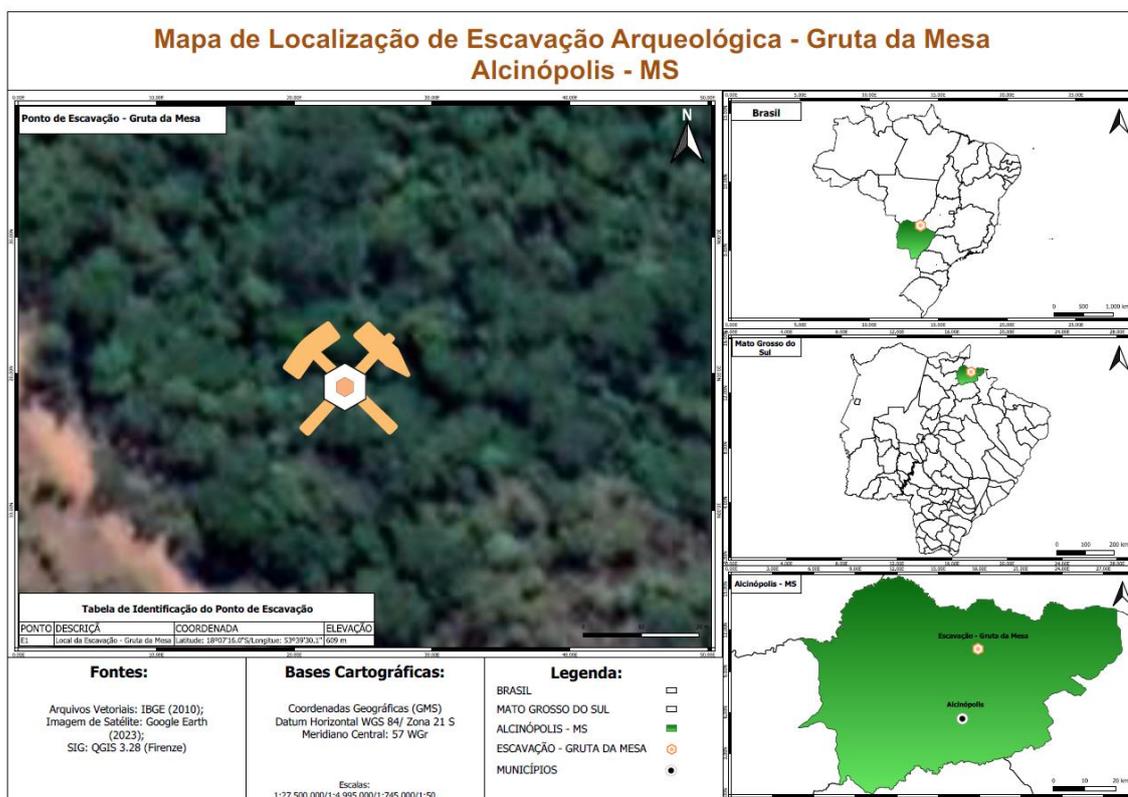
Os estudos arqueológicos na região de Alcinópolis, Mato Grosso do Sul, têm desempenhado um papel fundamental na compreensão da pré-história e na preservação do patrimônio arqueológico da área. Nas últimas décadas, pesquisadores dedicaram-se a escavações e análises que trouxeram à luz informações valiosas sobre os povos que habitaram essa região há milhares de anos.

As escavações no Templo dos Pilares, em particular, revelaram evidências significativas sobre a presença de povos caçadores e coletores pré-ceramistas na área, datando de aproximadamente 10 mil a 8 mil anos atrás. Esses estudos não apenas nos forneceram insights sobre a cronologia das pinturas e gravuras rupestres, mas também sobre a interação dessas antigas comunidades com o ambiente, a fauna da megafauna pleistocênica e as transformações paisagísticas ao longo do tempo.

É importante ressaltar que esses trabalhos arqueológicos não pararam por aí. Atualmente, o Programa Trilha Rupestre da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) está planejando uma nova escavação na Gruta da Mesa (Figura 11), sob as coordenadas geográficas S 18°07'16.0" W. 53°39'30.1" em Alcinópolis – MS, 2023.2. Essa iniciativa possibilitará gerar novas informações cruciais sobre a arqueologia da região, complementando os estudos anteriores e ampliando nosso conhecimento sobre as culturas pré-históricas que deixaram suas marcas nas formações rochosas e abrigos naturais da área.

A pesquisa abrangerá uma área localizada na região do Monumento Natural Municipal Serra do Bom Jardim, no município de Alcinópolis/MS intitulada como sítio arqueológico Gruta da Mesa 1 que está localizado no interior de uma gruta, com um grande bloco de pedra contendo gravuras em sulcos nas laterais, este está depositado na superfície plana do piso, com característica de uma mesa. As dimensões interiores são extensas o que indica poder ter sido habitável (Brambilla, 2023, p.3).

Figura 11 – Local do sítio no município de Alcinópolis.



Fonte: Projeto Escavação Arqueológica no Sítio Gruta da Mesa 1 em Alcinópolis/MS - IPHAN
(Brambilla, 2023, p.3)

Em um contexto mais amplo, essas pesquisas destacam a importância da preservação do patrimônio arqueológico brasileiro e a necessidade contínua de investigações científicas para desvendar os segredos do passado. À medida que novas descobertas são feitas e tecnologias avançam, a arqueologia continua a ser uma ferramenta vital para reconstruir a história da humanidade e valorizar a riqueza cultural que existe em nosso país. O compromisso com a preservação e pesquisa arqueológica é essencial para entendermos nosso passado e moldarmos nosso futuro de maneira responsável e informada.

2 – A Arqueologia Pré-Histórica em Alcínópolis – MS: a educação patrimonial e a proposta do Programa de Extensão Trilha Rupestre (UFMS)

Entende-se que a preservação do patrimônio cultural também está intrinsecamente ligada à sua valorização e ao seu papel na construção da memória coletiva, conforme vemos com Françoise Choay, em seu segundo capítulo da obra “A Alegoria do Patrimônio, (2014)” o conceito de patrimônio vai além de compreender os vestígios materiais como simples objetos antigos, assim, estes são importantes aspectos que se tornam parte de uma estrutura simbólica que reflete a identidade social. Esta construção simbólica, apoiada no trabalho arqueológico, ajuda a revelar as histórias que moldaram o patrimônio, reforçando assim o seu significado para a sociedade.

Assim, a necessidade do estudo arqueológico se torna evidente, como destacado no trabalho "Socialização do Conhecimento na Educação: O Estudo da Pré-História nas Séries Iniciais do Ensino Formal" de Izabele Rezende Bahia e Luiz Oosterbeek (2014). Essa pesquisa enfatiza que a introdução da arqueologia desde a educação primária proporciona uma base sólida para que as futuras gerações compreendam a evolução da humanidade. Isso não se limita a uma visão retrospectiva, mas abrange a compreensão da arqueologia como uma plataforma para explorar e entender a diversidade cultural, estimulando a capacidade crítica e a apreciação pelo patrimônio cultural, como ilustrado no seguinte trecho:

“Introduzir a criança no entendimento do patrimônio, é proporcionar a ela, na prática, o reconhecimento dos artefactos e da sua nomenclatura, diferenciando as matérias de que são compostos, identificando sua utilidade, reconhecendo onde foram encontrados e porquê, classificando-os por grupos (por tipos de materiais, funções, cronologias, etc.), identificando técnicas. Este processo permite explorar a ideia de probabilidade em situações-problema, perceber o

contexto simbólico e sua evolução no tempo. São exemplos de objetivos adequados ao 1º ciclo, que preparam a criança para, mais adiante, num novo ciclo de estudos, estar apta a comparar diversas realidades e estudar a evolução da sua espécie num plano mais abstrato (Bahia; Oosterbeek, 2014, p.144).”

Essa abordagem educacional transcende a mera análise histórica e possibilita que os alunos mergulhem em narrativas que os conectam com sua própria herança cultural e com a diversidade presente na sociedade. Ao contextualizar as descobertas arqueológicas, a educação se transforma em uma ferramenta poderosa para a formação de cidadãos bem informados e comprometidos com a preservação do patrimônio e a valorização da cultura.

Nesse contexto, não apenas enriquecemos o conhecimento histórico individual, mas também promovemos uma maior conscientização sobre o papel de cada indivíduo na manutenção do patrimônio cultural. A preservação vai além e engloba a implementação de estratégias de gestão que assegurem a sustentabilidade a longo prazo dos sítios e bens arqueológicos, garantindo que as futuras gerações possam aprender com o passado e apreciar a riqueza da herança cultural que nos cerca.

Paralelamente, a pesquisa acadêmica também enfatiza a relevância da educação patrimonial na conscientização da sociedade sobre a preservação do patrimônio arqueológico. A dissertação de Laura Roseli Pael Duarte (2018), intitulada "Arqueologia e a Preservação do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial em Alcínópolis/MS", destaca como a educação desempenha um papel crucial na conexão das comunidades locais com sua história e patrimônio. Por meio da disseminação do conhecimento arqueológico, as gerações presentes e futuras são incentivadas a valorizar e proteger os sítios arqueológicos como parte intrínseca de sua identidade cultural.

O estudo centrado na cidade de Alcínópolis-MS, abordado na pesquisa de Duarte (2018), ilustra como a educação patrimonial se manifesta de forma interdisciplinar, direcionando o ensino para questões relacionadas ao patrimônio cultural. Isso ocorre porque:

“Ela abrange, todos os níveis escolares, desde a inclusão de temáticas e conteúdos que abordem, sobre o conhecimento e a conservação do Patrimônio, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e para a comunidade em geral, objetivando que sejam divulgadas informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitar e despertar, nos indivíduos, o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema (Lima, 2005, p.12 *apud* Duarte, 2018, p. 94-95)”.

Dessa forma, entende-se que a educação patrimonial não se limita a ser apenas um veículo de transmissão de informações, mas sim um processo que capacita as comunidades a se envolverem ativamente com o seu próprio patrimônio. Busca-se, assim, a participação ativa das pessoas da região.

O engajamento ativo na promoção do envolvimento das pessoas comuns no processo de pesquisa, preservação e interpretação dos sítios arqueológicos gera um senso de responsabilidade e identificação com a herança cultural local. Esse comprometimento desempenha um papel vital na continuidade da preservação a longo prazo, uma vez que as comunidades passam a considerar o patrimônio arqueológico como uma parte intrínseca de sua identidade e história. Isso, por sua vez, estimula ações direcionadas à sua conservação. Portanto, de acordo com a autora:

“Assim, o patrimônio só passa a pertencer e ser desfrutado quando a comunidade passa a percebê-lo como um bem coletivo, ao conhecê-lo e reconhecê-lo como algo herdado e que também deve ser deixado de herança para novas gerações (Duarte, 2018, p.97).”

No que tange o município de Alcínópolis, de acordo com a pesquisa realizada por Duarte (2018), observou-se que, na época, a inserção do tema de patrimônio cultural no currículo escolar ocorria a passos lentos, uma vez que apesar de haver o reconhecimento da importância e valorização do patrimônio cultural, ainda havia poucas atividades que auxiliassem efetivamente na manutenção dessa preservação. Logo, entende-se a necessidade de projetos educativos patrimoniais em âmbitos escolares. A autora ressalta seu pensamento no seguinte trecho:

“A realização da educação patrimonial somente se consolidará dentro do ambiente escolar, se houver atividades voltadas para esse fim, práticas que levem os alunos a desenvolverem a capacidade de leitura e compreensão da sociedade e cultura em que está inserido, posto que, o conhecimento e a assimilação pela comunidade escolar são fatores fundamentais no processo de preservação do patrimônio cultural de um determinado local. Por se tratar de um tema que pode ainda ser considerado novo, a bibliografia referente a educação patrimonial ainda é muito repetitiva, por isso a necessidade de fomentar políticas, através da educação, buscando novas abordagens e metodologias sobre a temática (Duarte, 2018, p.101).”

Considerando esse contexto e a história do surgimento de Alcínópolis, com o objetivo de promover sensibilização e conscientização da população local em relação à preservação dos sítios histórico-culturais e arqueológicos, o prefeito Ildomar Carneiro

sancionou, em 29 de setembro de 2015, a Lei nº383/2015 que “Dispõe sobre a criação do Dia Municipal de Arqueologia e Arte Rupestre no Município de Alcínópolis”, estabelecendo a data de 5 de outubro de cada ano (Duarte, 2018, p.102).

Em sua pesquisa, Laura Duarte (2018) abordou a implementação de atividades educativas e práticas de preservação do patrimônio cultural e arqueológico no município de Alcínópolis, Mato Grosso do Sul. As atividades consistiram em palestras, oficinas, debates, entrevistas e visitas técnicas a sítios arqueológicos, como o Templo dos Pilares. Alunos e professores participaram dessas iniciativas, proporcionando troca de experiências e reflexões sobre a arqueologia e seu impacto local.

Concomitante a isso, a pesquisa também investigou a percepção de professores e gestores municipais sobre o patrimônio cultural, a educação patrimonial e a eficácia das leis relacionadas ao patrimônio em Alcínópolis.

No que diz respeito ao conhecimento dos professores sobre o patrimônio cultural e a educação patrimonial, ao decorrer das atividades, houve muitos questionamentos por parte dos mesmos em relação ao que é e como identificar um patrimônio cultural. Isso demonstrou a necessidade da realização de ações mais efetivas na formação destes docentes acerca do assunto aqui tratado (Duarte, 2018, p.115). A pesquisadora refletiu a importância desses momentos no seguinte trecho:

“As experiências com os professores são importantes, para as transformações em relação ao patrimônio arqueológico, abrangendo a valorização, proteção, promoção e reconhecimento do potencial para a sociedade e para o exercício da cidadania, que só trarão resultados se forem acompanhadas de políticas públicas que sejam articuladas, inter/multidisciplinares e que envolva várias secretarias municipais em conjunto com a comunidade local (Duarte, 2018, p.119).”

Em relação aos gestores municipais, foi ressaltada a importância da integração da educação patrimonial no currículo escolar e a atuação dos órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural. É interessante o destaque que a autora faz no seguinte trecho:

“se a escola não desempenha uma das funções principais que é formar cidadãos com uma base cultural comum, essa iniciativa pode e deve começar também pelas instituições detentoras do patrimônio histórico-cultural. Neste contexto é que a educação patrimonial deve ser inserida como instrumento de ação, a fim de estabelecer canais de comunicação, entre escolas, órgãos gestores e comunidade local (Fonseca, 2005 *apud* Duarte, 2018, p.121).”

Com base nos levantamentos dos dados da pesquisa, tornou-se perceptível ter uma compreensão das ações e políticas de patrimônio implementadas no município. Portanto, de acordo com Duarte (2018, p.123), a análise indicou que, apesar da existência de um considerável nível de leis, órgãos criados e projetos na área do patrimônio cultural e ambiental, persiste ainda uma lacuna evidente na comunicação entre os professores e gestores em relação às políticas públicas em vigor.

Além disso, embora alguns professores possuíssem uma base teórico-conceitual em relação aos conceitos de patrimônio cultural, educação patrimonial, identidade, memória, etc., ainda era um conteúdo superficial não eficiente devido a falta de recursos materiais didáticos, pouco tempo em sala de aula e a falta do diálogo com a gestão municipal (Duarte, 2018, p.124).

Deste modo, podemos entender com Duarte (2018) que discutir as práticas e ações educativas não só é necessário, mas também imprescindível no gerenciamento do patrimônio enquanto bem cultural público. Portanto, é fundamental o planejamento de projetos educacionais que perdurem e tenham como objetivo garantir a preservação, valorização dos sítios arqueológicos e demais bens que o município de Alcínópolis tem a oferecer.

Em decorrência disso, além dos conceitos serem trabalhados em sala de aula, surge a necessidade de serem feitos projetos voltados à educação patrimonial. É importante inferir que não basta simplesmente lembrar-se do passado, mas problematizá-lo e transformá-lo em produtor de vivências e renda para a população (Brambilla; Campos; Duarte, 2022, p.35).

O turismo arqueológico representa uma abordagem inovadora que combina a arqueologia com o turismo, proporcionando não apenas uma experiência única aos visitantes, mas também promovendo a valorização do patrimônio arqueológico e trazendo benefícios significativos para a sociedade e as comunidades locais.

De acordo com os autores Carlos Eduardo da Costa Campos, Lia Brambilla e Laura Duarte (2022, p.36), essa atividade turística econômica pode ser encontrada em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, em locais como a Chapada Diamantina, na Bahia, a Serra da Capivara, no Piauí, e na Ilha do Campeche, em Santa Catarina, por exemplo. Nessas regiões, foi notável o desenvolvimento de uma bioeconomia e um avanço substancial na popularização da ciência arqueológica.

Considerando que Mato Grosso do Sul possui um rico potencial relacionado à natureza, explorado em cidades como Bonito, nas últimas décadas, os estudos

arqueológicos encontram-se em ascensão. Esse crescimento também pode se tornar um atrativo não apenas para a população do estado, mas também para visitantes de outras regiões. É importante destacar que o estado conta com mais de 723 sítios arqueológicos registrados no IPHAN, sendo que 80 deles possuem registros de arte rupestre (Brambilla; Campos; Duarte, 2022, p.37).

Assim, fica evidente que a educação patrimonial é o melhor caminho para a implementação de ações educativas. Compreendemos, a partir das definições apresentadas pelos autores, que o patrimônio cultural abrange o seguinte conceito:

“é o conjunto de bens culturais de valor reconhecido para um determinado grupo ou para toda a humanidade e o Turismo Cultural se apresenta atualmente como uma alternativa, tanto para a preservação do patrimônio, quanto para o desenvolvimento econômico e sociocultural das comunidades que, herdeiras dos bens do passado, têm um papel relevante sobre ele (Brambilla; Campos; Duarte, 2022, p.38) ”

2.1 Trilha Rupestre

O programa institucional denominado Trilha Rupestre foi concebido tendo em mente o potencial arqueológico de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de transformar os sítios arqueológicos em desenvolvedores de bioeconomia, economia criativa e práticas educativas. Essa iniciativa proporciona uma experiência única para a população local e os turistas, permitindo que eles se conectem com as culturas e os modos de vida dos povos originários por meio das pinturas rupestres, artefatos e vestígios encontrados nos sítios.

Uma característica fundamental desse projeto é o envolvimento das comunidades locais no processo, criando uma ligação direta entre o passado e o presente. Isso empodera essas comunidades a se tornarem defensoras ativas da preservação, evitando a degradação dos sítios e garantindo sua integridade para as futuras gerações. Assim, podemos compreender a importância do passado para uma melhor compreensão do presente e para a projeção do futuro (Brambilla; Campos; Duarte, 2022, p.39).

Além disso, o intuito da Trilha Rupestre é gerar impactos econômicos positivos nas regiões envolvidas. Através do desenvolvimento de produtos e serviços relacionados ao turismo arqueológico, como artesanato inspirado nos grafismos rupestres, cursos de Educação Patrimonial e roteiros turísticos contextualizados, a iniciativa impulsiona a economia local. O aumento do fluxo de turistas e a geração de receitas contribuem para o

fortalecimento da bioeconomia, estimulando atividades sustentáveis conectadas ao patrimônio arqueológico.

A Trilha Rupestre é um programa de extensão da UFMS, com o respaldo da cátedra da UNESCO Fronteiras e Migrações. Seu objetivo é promover ações voltadas para a inovação social e o desenvolvimento sustentável da bioeconomia local. O programa tem como meta inicial despertar o interesse e o aprendizado nos cidadãos sul-mato-grossenses e turistas acerca do processo cultural e da circulação econômica por meio dos vestígios arqueológicos e geopaleontológicos da região.

A partir do conhecimento produzido pela universidade, busca-se dinamizar o ensino e a aprendizagem, indo além das fronteiras acadêmicas e envolvendo ativamente a comunidade. Isso proporciona aos alunos do ensino básico e à comunidade a oportunidade de conhecer locais, histórias, objetos, monumentos e tradições de grande importância na história local. Os municípios abrangidos pela Trilha Rupestre possuem um valioso patrimônio geopaleontológico, arqueológico, histórico e cultural, inseridos em um ambiente natural.

Esse patrimônio oferece oportunidades para despertar sentimentos de surpresa e curiosidade em alunos, professores, servidores, comerciantes, artesãos e guias de turismo. Isso os leva a compreender a importância de preservar e compartilhar esse conhecimento, o que, por sua vez, pode gerar renda. Com base nos conhecimentos adquiridos dentro do campus da UFMS, em diversas áreas de estudo, é possível desenvolver produtos e serviços que fortaleçam a bioeconomia das regiões envolvidas.

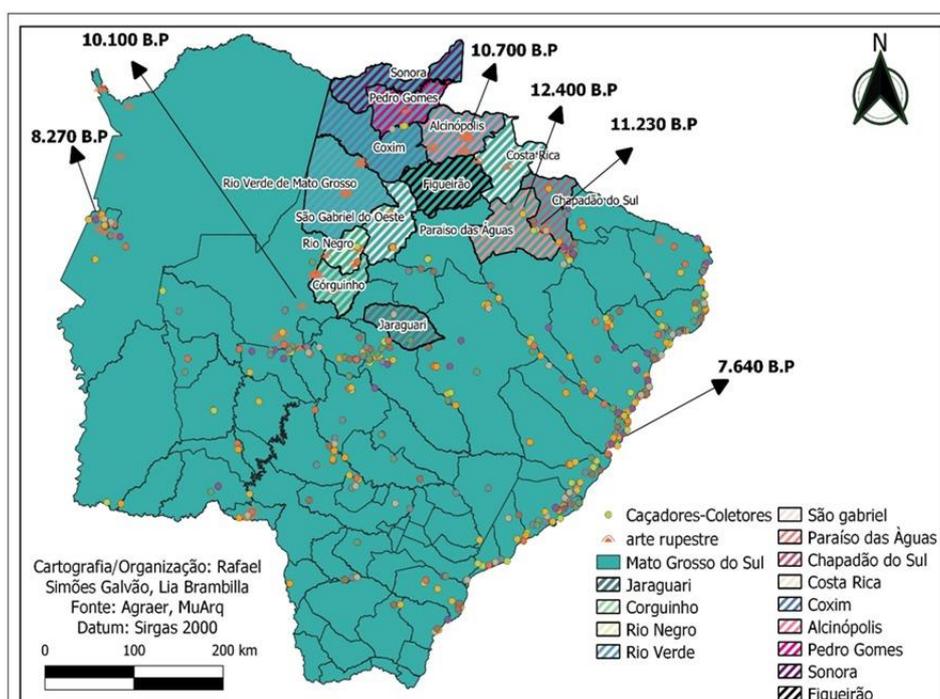
O processo de industrialização está intrinsecamente ligado ao avanço e à implementação de novas tecnologias, o que, por sua vez, viabiliza uma melhor assimilação do progresso técnico. Nesse contexto, é importante notar que os Planos Plurianuais (PPAs) de Mato Grosso do Sul para os períodos de 2000/2003 e 2004/2007 incluíram programas específicos voltados para a indústria extrativa mineral. No entanto, esses planos não delinearam projetos de pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia direcionados à indústria de transformação, que teriam o potencial de agregar valor aos produtos primários.

No que tange à industrialização, somente no PPA de Mato Grosso do Sul para o período de 2012/2015 observou-se pela primeira vez uma ação específica voltada para a qualificação e treinamento da mão de obra destinada à indústria no estado. Além disso, notou-se que, em contraposição aos PPAs anteriores, as ações relacionadas à industrialização foram apresentadas de maneira mais detalhada e abrangente.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) desempenharia um papel crucial na aproximação e estabelecimento de parcerias entre a universidade e a comunidade, além de conduzir pesquisas que atendessem às necessidades científico-tecnológicas de Mato Grosso do Sul. Adicionalmente, a UFMS contribuiria significativamente por meio da formação de mão de obra qualificada e da oferta de ensino superior no estado, reduzindo as disparidades de conhecimento e as desigualdades sociais. Dessa maneira, a universidade desempenharia um papel fundamental no fomento do desenvolvimento sustentável da região Norte de Mato Grosso do Sul.

As cidades envolvidas são: Alcinópolis, Chapadão do Sul, Corguinho, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Jaraguari, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Negro, Rio Verde, Rochedo, São Gabriel do Oeste e Sonora.

Figura 12 – Mapa com sítios arqueológicos, dotações mais antigas e cidades contempladas pela Trilha Rupestre.



Fonte: Projeto Escavação Arqueológica no Sítio Gruta da Mesa 1 em Alcinópolis/MS - IPHAN (Brambilla, 2023, p.10)

De acordo com a arqueóloga Lia Brambilla Gasques (2023, p.10), o Estado de Mato Grosso do Sul apresenta um significativo potencial arqueológico, refletido pelo fato de que dezesseis (16) dos setenta e nove (79) municípios do estado possuem registros de pinturas e gravuras de arte rupestre. Essa riqueza patrimonial não se limita apenas a Mato

Grosso do Sul, mas se estende à região centro-oeste como um todo. Consequentemente, ao implementar práticas culturais e bioeconômicas nos 14 municípios que compõem a Trilha Rupestre, existe a possibilidade de que essas iniciativas se expandam para estados vizinhos, como Goiás e Mato Grosso.

É relevante destacar que nos próximos anos podem ocorrer novas descobertas dessas manifestações intencionais do estilo de vida das sociedades pré-históricas, o que representa um campo de pesquisa de extrema importância. As "artes rupestres" da região incluem representações zoomorfas, como onças, peixes, veados, tatus, aves e répteis variados, bem como representações antropomorfas que se assemelham a seres humanos. É interessante notar que essas representações se estendem por diversas regiões, como MT, MS, DF e GO, devido a coincidências geológicas, arqueológicas e à presença de fauna e flora características do bioma Cerrado.

As ações e produções dos caçadores e coletores que deixaram esses vestígios arqueológicos aparentemente compartilham semelhanças com as de outras regiões e países. Todos esses grupos demonstraram um profundo conhecimento do ambiente em que viviam, compartilharam modos de vida, técnicas de caça, crenças, marcas territoriais, práticas relacionadas à sexualidade e muito mais.

No estado de Mato Grosso do Sul, as vastas áreas de cerrados e as planícies pantaneiras ofereciam uma abundância de recursos alimentares, incluindo frutos, caça e pesca. Além disso, muitos grafismos e desenhos encontrados na região serviam como guias para a localização de alimentos em diferentes épocas do ano. A riqueza da biodiversidade pantaneira atraía os grupos considerados pré-históricos.

À medida que os estudos científicos sobre cada região se tornaram mais populares e o potencial ambiental foi reconhecido, houve uma conscientização crescente entre os residentes locais. Isso abriu portas para a geração de produtos baseados em conhecimento científico, impulsionando o turismo e o comércio locais, o que, por sua vez, gerou oportunidades de emprego nas cidades envolvidas na Trilha Rupestre, semelhante ao que aconteceu em São Raimundo Nonato, no Piauí.

Os debates sobre a preservação do patrimônio cultural, a educação patrimonial e ambiental, e as soluções para questões relacionadas à bioeconomia e à troca de conhecimento em várias áreas (como arqueologia, paleontologia, botânica, química farmacêutica, cerâmica e alimentos) ocorrerão entre instituições convidadas e a comunidade local. A disseminação do conhecimento científico não se limitará apenas aos estudantes, mas se estenderá a toda a comunidade, promovendo um senso de

pertencimento mais sólido entre os cidadãos em relação aos seus bairros, cidades e à sociedade em geral.

Uma comunidade consciente de seu patrimônio cultural, histórico e natural pode utilizar esses recursos para seu sustento e contribuir para o desenvolvimento da região norte do estado, que ainda é pouco industrializada. É importante notar que o investimento nessas atividades atrai equipes de professores, técnicos e acadêmicos para a região, que podem contribuir com novos projetos sustentáveis.

Como resultado, espera-se que as atividades relacionadas à valorização e conservação das plantas nativas, especialmente as relacionadas à alimentação, juntamente com o patrimônio arqueológico e geopaleontológico, desempenhem um papel fundamental na transformação da Trilha Rupestre em um elemento-chave para envolver os moradores e o setor turístico em práticas sustentáveis. Isso deve gerar benefícios nas áreas educacionais, econômicas, sociais, culturais e ambientais para a região.

Na primeira fase do programa está contemplada escavações e projetos de Educação patrimonial na cidade de Alcinópolis, bem como simulações de escavação na cidade universitária para acadêmicos que farão parte do projeto.

Inicialmente, está sendo realizado uma análise de campo, um levantamento de pesquisa documental e a apresentação dos procedimentos metodológicos que serão adotados nos sítios arqueológicos. Além disso, no que se refere aos recursos humanos, o programa busca proporcionar formação que qualifique tanto os alunos quanto os profissionais de turismo (Brambilla; Campos; Duarte, 2022, p.44). Algumas ações visando a escavação a ser realizada em outubro de 2023, também foram efetuadas pelo eixo de Arqueologia, como as Simulações de Escavação.

A I Simulação de Escavação para o Ensino-Aprendizagem ofertada pelo Eixo de Arqueologia da Trilha Rupestre/UFMS ocorreu entre os dias 26 e 27 de abril de 2023 no Espaço do Museu de Ciência e Tecnologia, em frente ao Estádio Morenã, dentro do campus da Cidade Universitária (Figuras 13 e 14). A atividade teve como objetivo capacitar o público interessado para o sítio-escola de arqueologia que é um produto do programa Trilha Rupestre. A simulação de escavação arqueológica foi chefiada pelos arqueólogos: Dra. Lia Raquel Toledo Brambilla (UFMS) e Dr. André Luis Ramos Soares (UFMS), assim como pertence ao Projeto de Extensão: Sítio Escola de Arqueologia: simulação para o ensino-aprendizagem da prática de escavação sob coordenação do Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos (UFMS/CNPQ-PQ2). Além da participação dos discentes, foi possível obter alguns resultados como pedras, pedaços de concretos

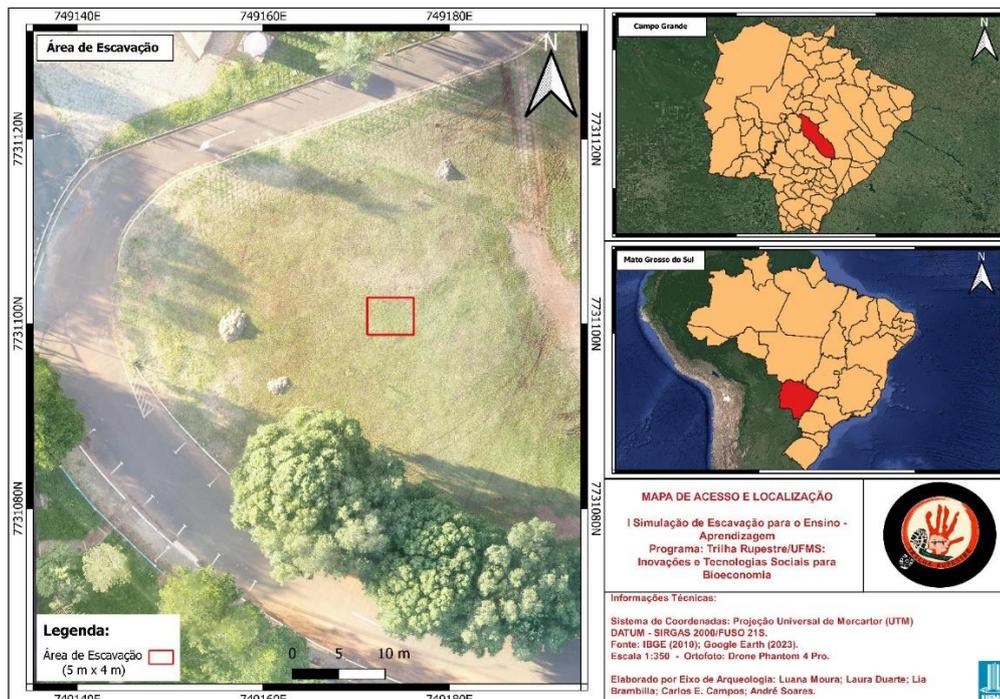
remanescentes da obra do Morenão e até uma garrafa pet conforme vemos nas figuras 15, 16, 17 e 18.

Figura 13 – Divulgação do evento.



Fonte: Acervo do ATRIVM/Instagram.

Figura 14 – Local de Escavação da ensino-aprendizagem.



Fonte: Acervo de Mapas da Trilha Rupestre. Mapa elaborado pela Geógrafa Luana Moura Pinto.

Figuras 15 e 16 – Participação dos discentes na I Simulação de escavação.



Fonte: Acervo da autora deste artigo.

Figura 17 e 18 – Objetos coletados pelos alunos.



Fonte: Elaborado pela autora.

De igual maneira, a II Simulação de Escavação para o ensino-aprendizagem ocorreu entre os dias 07 e 08 de agosto de 2023, no Estádio do Morenã e contou com a participação de pesquisadores de Antropologia, Arqueologia, Geologia, História e Filosofia sob coordenação estava o Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos e o

arqueólogo Dr. André Luis Ramos Soares. A segunda versão do evento ocorreu com o intuito de aprofundar um pouco mais o conhecimento daqueles que já haviam participado da I Simulação e também de atrair novos interessados para o âmbito do estudo arqueológico em vista de projetos futuros. A seguir, imagens (Figuras 19, 20, 21 e 22) da divulgação do evento e do seu decorrer.

Figura 19 – Divulgação do evento.



Fonte: Acervo do ATRIVM/Instagram.

Figuras 20, 21 e 22 – Participação dos discentes na II Simulação de escavação.



Fonte: Acervo do ATRIVM UFMS.

É importante ressaltar que preparar os acadêmicos para a escavação arqueológica é uma etapa fundamental proposta pelo Eixo de Arqueologia do programa Trilha Rupestre/UFMS. Através da oferta de formações e simulações de escavação, busca-se

capacitar os participantes para a ida ao sítio arqueológico. A simulação de escavação arqueológica proporcionou não apenas uma experiência prática valiosa, mas também resultados significativos. Durante as simulações, foram encontrados artefatos que incluíam pedras, pedaços de concreto e até uma garrafa pet como mencionado acima que podem vir a ser remanescentes da obra do Estádio Morenã, o que nos faz questionar os eventos que ocorreram. Esses achados destacam, de maneira lúdica, a importância da escavação arqueológica na identificação e preservação de possíveis remanescentes da história, como os relacionados à construção do estádio. Ambas as atividades de simulações não apenas aprofundaram o conhecimento dos envolvidos, mas também atraíram novos interessados para o estudo arqueológico, promovendo a conscientização sobre a relevância desse campo de pesquisa e seu potencial para projetos futuros.

Em resumo, a implementação da Trilha Rupestre pode contribuir significativamente para o aumento do fluxo de turistas nos locais associados ao programa, promovendo o desenvolvimento econômico e cultural das comunidades locais. Além disso, ela desempenha um papel fundamental ao estimular o conhecimento crítico sobre a preservação e a importância dos patrimônios culturais. É importante ressaltar que o conteúdo transmitido por meio da educação patrimonial vai além dos conceitos ensinados em sala de aula, pois a materialização do ensino torna o assunto mais tangível para os cidadãos. Isso fortalece o sentimento de identificação e reconhecimento das comunidades em relação ao seu próprio patrimônio cultural. Com isso, podemos concluir que:

“O patrimônio paleontológico, pré-histórico, histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos, professores, servidores, comerciantes e guias de turismo sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os conhecer sobre o que é um bem cultural e patrimonial e entender que popularizar este conhecimento acarretará na geração de renda (Brambilla; Campos; Duarte, 2022, p.45).”

Logo, o aproveitamento sustentável dos vestígios arqueológicos sul-mato-grossenses, como os abrigos rochosos, grutas e cavernas, desempenha um papel fundamental na divulgação da ciência em suas diversas vertentes. Além disso, contribui para a discussão sobre a necessidade de preservar os patrimônios arqueológicos, que não são apenas objetos de estudo para os arqueólogos, mas também representações importantes de sociedades que existiram há milênios. Esses vestígios arqueológicos são o principal indicador para entendermos nossa evolução enquanto grupo social.

Portanto, o Programa Trilha Rupestre e iniciativas semelhantes não apenas enriquecem nosso conhecimento sobre o passado, mas também promovem a valorização e a preservação do patrimônio cultural, fortalecendo a conexão entre as comunidades locais e seu próprio legado histórico. Ao fazer isso de maneira sustentável, essas ações garantem que as futuras gerações também possam desfrutar e aprender com esses tesouros do passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante do exposto, torna-se imprescindível discutir a relevância dos estudos acerca da arqueologia sul-mato-grossense tanto para a população local quanto para a sociedade brasileira em sua totalidade. Embora a pesquisa arqueológica em Mato Grosso do Sul tenha se iniciado tardiamente em comparação com outros estados brasileiros, sabe-se que o estado possui uma paisagem que outrora pode ter sido benéfica para o assentamento e passagem de civilizações primevas. O planalto, com sua rica proporção de campos e cerrados, e as margens dos rios Sucuriu e Paraná, nos trazem algumas dessas ricas evidências arqueológicas.

De acordo com a plataforma online do IPHAN, é possível constatar que há 26 mil sítios arqueológicos cadastrados em todo o Brasil, até abril de 2018. Desses, mais de 720 sítios encontram-se no estado de Mato Grosso do Sul, dos quais cerca de 82 sítios arqueológicos têm como principal característica a abrangência de arte rupestre, e é onde o município de Alcinópolis é o detentor da maior concentração dos sítios num total de 24 com pinturas, gravuras ou ambos concomitantes (Gasques; Duarte; Rodrigues, 2020, p. 120).

Os sítios de Alcinópolis e das regiões ao redor estimulam o estudo do passado arqueológico sul-mato-grossense, que por sua vez, é fundamental para que a sociedade compreenda não só a história humana local, mas também desempenhe um papel na preservação do patrimônio cultural. Muitos sítios acabam sendo depredados e vandalizados, principalmente porque as pessoas não têm consciência de que aquele local é parte de sua história.

Todavia, como mencionado anteriormente, é preciso que haja ações extensivas que propaguem não só o conhecimento acerca do passado da história humana, mas também a disseminação da importância das instituições museológicas que atuam na salvaguarda e preservação desse legado, gerando um processo de identificação com aquele que entra em contato com tais informações.

Um exemplo disso é o projeto "Um dia no Museu " sob a coordenação do Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos - UFMS. Esse projeto tem como intuito realizar a divulgação científica museal e arqueológica para as escolas de Mato Grosso do Sul, utilizando recursos didáticos como amostras de cédulas e moedas que representam o acervo de numismática, bem como réplicas de artefatos de pedra lascada e polida para tratar da arqueologia.

Dessa forma, através das visitas escolares, tanto do interior quanto da capital de MS, é possível ultrapassar a barreira da distância física e tornar acessível um rico conteúdo que muitas vezes se encontra apenas no imaginário dos alunos. Além disso, o Museu de Arqueologia da UFMS já realizou, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande (SEMED), uma série de exposições itinerantes sob o título de Exposição Itinerante Semed/Muarq – aprendendo sobre Pré-História do Mato Grosso do Sul: mostra de vídeos e maquetes em escolas públicas. Através dessa parceria, a equipe do Muarq pôde ampliar o debate sobre cultura material, arqueologia e história com os alunos da rede pública de ensino de MS, representando a riqueza da pré-história sul-matogrossense através de mini-exposições de objetos arqueológicos, maquetes e material audiovisual.

Esses projetos não apenas beneficiam os estudantes das escolas de ensino básico, mas também proporcionam aos estudantes universitários uma experiência prática que complementa o conhecimento teórico adquirido em sala de aula. Além disso, o envolvimento ativo nesses projetos influencia positivamente no desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, especialmente no aprimoramento das habilidades de comunicação, tão essenciais para futuros professores e historiadores.

Outro aspecto importante a ser destacado é que esses projetos educacionais relacionados à arqueologia abrangem várias disciplinas, dado que a arqueologia é uma disciplina interdisciplinar que conecta diversas áreas do conhecimento. Isso resulta no aprimoramento do conhecimento para futuros professores e historiadores, além de fornecer créditos complementares à formação do aluno.

Além dos projetos educacionais, o programa institucional Trilha Rupestre da UFMS, criado em meados de 2021, abre caminhos para um novo olhar sobre os sítios arqueológicos de MS. Mais do que objetos de estudo, esses sítios se tornam uma fonte de renda sustentável, criando não apenas uma circulação econômica, mas também ampliando o conhecimento patrimonial e arqueológico.

Assim, espera-se que a população, através da educação patrimonial, desenvolva uma consciência aprofundada sobre a valorização do patrimônio, arqueologia, pré-história e como esses vestígios pré-históricos podem trazer um retorno positivo para a comunidade local. O arqueoturismo, nesse contexto, se configura como um desses retornos positivos, pois permite que turistas atraídos pela riqueza cultural e histórica da região movimentem a economia local, gerando diferentes oportunidades de emprego, desde guias turísticos até fornecedores de alimentação e alojamento, fortalecendo a base econômica da comunidade.

Isto posto, é possível perceber que através do turismo arqueológico, o patrimônio não é apenas um espólio do passado, mas uma fonte de recursos e crescimento para o presente e o futuro. Contudo, essa transformação apenas ocorrerá através de medidas educacionais que incentivem a valorização das instituições museológicas, o reconhecimento e preservação de seu acervo, além do estímulo à pesquisa científica. Essa movimentação fomenta a necessidade de mais pesquisas sobre nossa pré-história, pois como vimos, nossos estudos são relativamente recentes, o que nos indica que ainda há muitas descobertas a serem feitas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, Rodrigo Luiz Simas; LIMA, Keny Marques; FREITAS, Laio Guimarães. **Continuidades e transformações nas manifestações rupestres da tradição planalto em Mato Grosso do Sul, Brasil.** O caso das pinturas rupestres do município de Rio Negro. Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 16, n. 3, p. 997-1026, 2012.

_____. R. L. S. **Arte Rupestre em Mato Grosso do Sul.** 1. ed. Dourados: EDUFGD, 2014. v. 1. 60p.

_____. **Templo dos Pilares - Alcinópolis.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2016.

_____. R. L. S.; LANDA, Beatriz dos Santos. **Apresentação-dossiê cultura material e arqueologia.** Revista Ñanduty, v. 4, n. 4, p. 5-7, 2016.

_____. R. L. S. de; LANDA, B. dos S.; GOETTERT, J. D. **Reflexões sobre as relações entre a arte rupestre de Alcinópolis, o contexto regional de pinturas e gravuras e a mobilidade de povos caçadores e coletores em Mato Grosso do Sul.** Revista Ñanduty, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 64-73, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/5350>.

_____. R. L. S. (2020). **Arqueologia Pré-histórica, volume 1: Arte Rupestre**. Amazon: e-book kindle.

_____. R. L. S. (2022). **Arqueologia Pré-histórica, volume 2: Pré-História Brasileira**. Amazon: e-book kindle.

BAHIA, I. R. OOSTERBEEK, L. **Socialização do conhecimento na educação: o estudo da Pré-História nas séries iniciais do ensino formal**. Cadernos do LEPAARQ Vol. XI | n°21 | 2014, p. 140 -155.

BEBER, Marcus Vinícius. **Arte Rupestre do Nordeste do Mato Grosso do Sul**. 1995. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

BRAMBILLA GASQUES, Lia Raquel Toledo; DUARTE, Laura Roseli Pael; CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Divulgação e popularização do patrimônio arqueológico de MS: A Rota Rupestre. In: **Museus e patrimônio cultural: perspectivas locais, contribuições globais**. – 1. ed. – São João de Meriti, RJ : Desalinho, 2022.

_____. Lia Raquel Toledo Gasques. **El pasado arqueológico en Mato Grosso do Sul – Brasil: un análisis a través del Museu de Arqueología da la UFMS**. Tese de Doutorado. Universidad Autónoma de Barcelona, 2021. 250p.

_____. Gasques, Lia; DUARTE, Laura; MARTINS, Gilson; KASHIMOTO, Emília. Introdução in: **Alcinópolis : uma galeria natural de arte rupestre** / Marcos Antonio dos Reis (organizador). – São Bernardo do Campo : Avante, 2023.100 p. : il.

_____. Gasques, Lia. Projeto Escavação Arqueológica no Sítio Gruta da Mesa 1 em Alcinópolis/MS, 2023 - IPHAN (não publicado).

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2014. 65 – 102p.

COPÉ, S. M. **Relatório das atividades de campo desenvolvidas em julho/1986**: Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul – Projeto Alto Sucuriú. UFMS-CEUL, 1986. (não publicado)

CURI, Luciano Marcos; DORES, Ana Carolina Pires. Ensino de Pré-História: Singularidades e Aspectos Fundamentais. In: ASSUMPCÃO, Luis Filipe Bantim; CAMPOS, Carlos Eduardo Costa. **Caminhos da Aprendizagem Histórica: Ensino de Pré-História e Antiguidade**. 1. ed. [S. l.: s. n.], 2021. p. 196-202. ISBN 978-65-00-24349-9

DUARTE, Laura Roseli Pael. **Arqueologia e a Preservação do Patrimônio Cultural: Educação em Alcinópolis/MS**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. [S. l.]: Editora Ática S.A., 1988.

_____. P. P. **Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação**. Revista de História da Arte e Arqueologia, 1:23-41. 1994.

GOSDEN, Chris. **Pré-História: Uma breve introdução**. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Alcinópolis/MS: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/alcinopolis/panorama> Acesso em: 27/08/2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf. Acesso em: 22/08/2023.

LIMA, K.M. **A arte rupestre no município de Alcinópolis – MS**. 2014. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

MARTINS, Gilson Rodolfo; KASHIMOTO, Emília Mariko. **12.000 anos: Arqueologia do Povoamento Humano no Nordeste de Mato Grosso do Sul**. 1. ed. Campo Grande - MS, 2012: Life Editora, 2012. ISBN 978-85-63709-16-5.

MIRANDA, Marcos Paulo S. **Lei de Proteção ao Patrimônio Arqueológico Brasileiro completa 60 anos**. Conjur, 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-abr-03/lei-protecao-patrimonio-arqueologico-brasileiro-completa-60-anos2>. Acesso em: 20/08/2023.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da UnB, 1992.

RODRIGUES, Ariane Aline da Fonseca; DUARTE, Laura Roseli Pael; BRAMBILLA GASQUES, Lia Raquel Toledo. O potencial arqueológico de Mato Grosso do Sul e o desenvolvimento do turismo local. In: **Museus e patrimônio cultural em Mato Grosso do Sul: Pesquisa, Cultura, Educação e Identidade** / organização Douglas Alves da Silva, Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques, Carlos Eduardo da Costa Campos. – 1. ed. – São João de Meriti, RJ: Desalinho, 2020.

ROOSEVELT, A. C. Early pottery in the Amazon: twenty years of scholarly obscurity. In: BARNNET, W. K.; HOOPEES, J. (eds). **The emergence of pottery: technology and innovation in ancient societies**. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press. p. 115-131. 1995.

SALA, M. **Alienação e emancipação na transmissão do conhecimento escolar: um esboço preliminar**. In: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (Orgs.). **Limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica, 83-98, 2010.

SILVA, Francisco. José Proença Brochado, vida e obra. In: PROUS, A; LIMA, T. A. **Os ceramistas Tupiguarani. Volume I - Sínteses Regionais**. Belo Horizonte: Sigma, 2008.

SOUZA, J. C.; AGUIAR, R. L. S. (2017). **A escavação no sítio arqueológico Templo dos Pilares e sua relação com a ocupação humana e a produção de arte rupestre em**

Mato Grosso do Sul. Clio Arqueológica, 32(2):118-138. doi: 10.20891/clio.V32N2p118-138

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico** / Bruce G. Trigger: Ordep Trindade Serra; [revisão técnica Lucas de Melo Bueno, Juliana Machado J. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VERONEZE, Ellen. 1994. **A ocupação do Planalto Central Brasileiro: o Nordeste do Mato Grosso do Sul.** Dissertação de Mestrado. UNISINOS, São Leopoldo, 1994.

WILLEY, G. R.; PHILLIPS, P. **Method and theory in American Archaeology.** Chicago: The University of Chicago Press, 1958.